

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros 1 de Agosto de 2013

José Maria Pereira Neves - Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte

Promulgado em 17 de Setembro de 2013

Publique-se.

O Presidente da Republica, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto-Lei nº 36/2013

de 24 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 10/2013, de 26 de Fevereiro, estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR). A despeito da recente publicação deste diploma legal é imprescindível a sua alteração, a qual incide sobre a designação dos actuais Conselho Nacional de Segurança Alimentar e o Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar. Estes órgãos têm natureza diversa mas com incumbências no mesmo domínio, qual seja a Segurança Alimentar e Nutricional.

Por isso, passam a ser, respectivamente, designados de Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN).

Considerando os princípios da unidade e da racionalização dos meios que enformam a criação das estruturas, impõe-se alargar a dependência funcional das Delegações do MDR aos Serviços Centrais dos Ministérios do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e das Infra-estruturas e economia Marítima.

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração

São alterados os artigos 6.º, 7.º, 19.º, 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 10/2013, de 26 de Fevereiro, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

[...]

1. [...]

a) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

b) [...];

c) [...].

2. [...].

3. [...].

4. [...].

Artigo 7.º

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Junto do Ministro funciona o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de natureza consultiva sobre as grandes opções da política e de co-operação entre as entidades e organizações públicas e privadas que intervenham nos domínios da segurança alimentar e respectiva relação com a política nacional de desenvolvimento.

2. A missão, competências, composição e o modo de funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são definidos e aprovados por Resolução do Conselho de Ministros.

Artigo 19.º

[...]

1. [...].

2. [...].

3. [...].

4. As delegações dependem hierarquicamente do Ministro do Desenvolvimento Rural e funcionalmente dos serviços centrais do MDR, dos Ministérios do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e das Infra-estruturas e Economia Marítima, no âmbito das respectivas competências.

5. [...]

Artigo 22.º

[...]

A Direcção de Serviço de Segurança Alimentar é transformada no Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Artigo 23.º

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional

1. O Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) é o órgão de natureza executiva que funciona na dependência directa do Membro do Governo que tutela o sector da segurança alimentar e nutricional, e em estreita articulação com os membros que fazem parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incumbido de estudo e apoio técnico especializado na concepção, planeamento, elaboração, implementação e seguimento das políticas, no domínio da segurança alimentar e nutricional, designadamente na definição das estratégias, regulamentação e desenvolvimento da cooperação para o estabelecimento de ajudas, parcerias e alianças com organizações nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas.

2. Para efeitos do n.º anterior, ao SNSAN compete:

- a) Coordenar a implementação das orientações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo as actividades de coordenação política;
- b) [...];
- c) [...];
- d) Facilitar, estimular e reforçar a participação dos actores públicos e privados na gestão da segurança alimentar e nutricional visando a definição de propostas de directrizes e prioridades e a concepção dos programas e projectos em estreita articulação com os membros que fazem parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- e) [...];
- f) [...];
- g) [...];
- h) [...];
- i) [...];
- j) [...];
- k) [...];
- l) [...];
- m) Secretariar o CNSAN; e
- n) [...].

3. A organização e funcionamento do SNSAN são estabelecidos em diploma próprio.

4. O SNSAN é dirigido por um secretário executivo, equiparado, para todos os efeitos, a director de serviço.»

Artigo 2.º

Republicação

É republicado em anexo, o Decreto-Lei n.º 10/2013, de 26 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 2103.

José Maria Pereira Neves - Eva Verona Teixeira Andrade Ortet

Promulgado em 17 de Setembro de 2013

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

ANEXO

Republicação

Decreto-Lei n.º 10/2013, de 26 de Fevereiro

O Programa do Governo da VIII Legislatura consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país no sentido da promoção da cidadania e qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, simplificação, racionalização e informatização que conduzam concomitante à redução do gasto público supérfluo e optimização dos recursos humanos existentes.

Com esse objectivo, e em especial, no domínio da racionalização das estruturas da administração pública, o Governo aprovou a nova Lei das estruturas, resultado do enquadramento estratégico e organizacional da macroestrutura governamental para a nova legislatura. O redesenho e macro-reengenharia organizacional do Estado foram concretizados, por um lado, pela reavaliação da natureza, relevância e oportunidade das missões e competências públicas e, por outro, pela necessidade de reforço dos recursos orçamentais e financeiros e capacitação do pessoal afecto aos serviços.

Com a aprovação da Lei Orgânica do Governo para a presente Legislatura, fixa-se a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Rural, a qual é materializada neste diploma orgânico, o qual constitui um instrumento indispensável à concretização, com eficiência e eficácia, do estabelecido no Programa do Governo para o Desenvolvimento Rural do país.

O quadro estratégico e político definido pelo programa do Governo da VIII Legislatura para o mundo rural, assente em novas prioridades e princípios de funcionamento, exige o reajustamento dos serviços capazes de traduzir na prática as políticas nele preconizadas, adequando as estruturas às grandes orientações políticas e prioridades para o desenvolvimento rural.

Neste contexto, optou-se por uma estrutura desburocratizada e desconcentrada, traduzida na disposição da administração directa e indirecta do Ministério do Desenvolvimento Rural de um núcleo mínimo de serviços que lhe assegurem o apoio técnico e administrativo e por dar aos restantes organismos o carácter de pessoas colectivas de direito público, cuja autonomia consta ou será definida caso a caso nos respectivos diplomas orgânicos.

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto, Natureza e Direcção

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Rural, adiante designado por MDR.

Artigo 2.º

Direcção

O MDR é dirigido e orientado superiormente pelo Ministro, que propõe, coordena, e executa as políticas em matéria de Desenvolvimento Rural, designadamente nas suas componentes de agricultura, silvicultura e pecuária, bem como de Segurança Alimentar.

Artigo 3.º

Missão

O MDR é o departamento governamental que tem por missão, o seguinte:

- a) Promover a melhoria das condições de existência da população através da produção e valorização dos recursos agrícolas ou não agrícolas, pecuários e florestais, baseando a sua intervenção numa abordagem integrada de desenvolvimento e na gestão sustentável dos recursos naturais com vista a contribuir para o desenvolvimento económico e social sustentável e a redução da pobreza.
- b) Propor, e executar, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MIREX), medidas de política, acções e programas de planificação e gestão das relações de Cabo Verde com o Comité Inter-Estados da Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com o Programa Alimentar Mundial (PAM), com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e com outros organismos internacionais especializados em matéria de agricultura e alimentação.

Artigo 4.º

Atribuições

1. Incumbe ao MDR, designadamente nos sectores da agricultura, silvicultura, pecuária e segurança alimentar e nutricional:

- a) Propor a política para os sectores da agricultura, silvicultura e pecuária, e coordenar, seguir e avaliar as acções indispensáveis à sua execução;
- b) Elaborar os planos sectoriais relativos à sua área de actuação e assegurar a sua execução;
- c) Fomentar a articulação das políticas públicas económicas e sociais, visando a promoção da segurança alimentar e nutricional, designadamente na promoção e difusão de informação e educação nutricional e melhoria da dieta da população;
- d) Promover a investigação aplicada, selecção, adaptação ou experimentação de espécies vegetais e animais para as condições das zonas agro-ecológicas do país, bem como os sistemas, métodos e técnicas que possam aumentar a sua produção e a sua produtividade;

- e) Difundir entre os produtores, de forma sistemática e permanente e pelos meios adequados de comunicação, os resultados de investigação, de forma a motivá-los à adopção de alternativas mais racionais e económicas para as suas actividades;
- f) Apoiar os produtores rurais, na aquisição de factores de produção e outros produtos que visem manter e expandir a produção e a produtividade agrárias;
- g) Participar na formulação da política e das normas de crédito agrícola, das modalidades e condições de seguro da produção rural e da política de preços;
- h) Participar na definição da política de recursos naturais, em particular do solo e da água, e velar pela aplicação das medidas necessárias à sua preservação, nos domínios da sua intervenção;
- i) Participar na elaboração das propostas de normas para a utilização da água, designadamente no que respeita à água para a utilização agrícola, no contexto da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos;
- j) Combater a desertificação pela reflorestação e gestão das áreas com esta vocação no país, pela promoção de métodos e técnicas adequados ao uso dos solos, pela realização de obras de engenharia rural e pela protecção e correcta utilização dos solos e das florestas, nomeadamente para fins agrícolas e de energia lenhosa;
- k) Incentivar a prática do associativismo e do cooperativismo em todas as modalidades, tendo em vista a racionalização dos custos da produção e a melhoria do nível de vida das populações;
- l) Produzir as estatísticas sectoriais e gerir informações, designadamente em matéria de produção, preços, mercados e outros, em estreita articulação com a Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estatística Nacional (SEN), a fim de manter os produtores actualizados quanto às possibilidades de comercialização dos seus produtos; e
- m) Proceder, com periodicidade que for estabelecida e em articulação com outros organismos competentes, a inquéritos sobre a evolução da conjuntura e estrutura, agrárias, no sentido de aferir os resultados dos respectivos planos e programas sectoriais.

2. O MDR, no âmbito das suas atribuições, assegura as relações do Governo com a Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestas, Entidade Pública Empresarial (SONERF, E.P.E.).

Artigo 5.º

Articulações

O MDR articula-se especialmente com:

- a) O Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Administração Interna, em matéria de protecção civil e fiscalização florestal;
- b) O Ministério da Saúde, em matéria de nutrição;
- c) O Ministério do Turismo, Indústria e Energia, em matéria de segurança alimentar, aprovisionamento do mercado, normas de comercialização e promoção de energias alternativas;
- d) O Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, em matéria de ambiente, designadamente gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, gestão de terras agrárias e outros recursos naturais;
- e) O Ministério da Cultura, em matéria de protecção e salvaguarda do património natural e arqueológico;
- f) Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação, em matéria de política de formação e investigação no domínio das ciências agrárias;
- g) O Ministério da Educação e Desportos, em matéria de educação ambiental e alimentar; e
- h) O Ministério de Infra-estruturas e Economia Marítima em matéria de infra-estruturação rural.

CAPÍTULO II**Estrutura Orgânica**

Secção I

Estrutura geral

Artigo 6.º

Órgãos, gabinete e serviços

1. O MDR compreende os seguintes órgãos e gabinete:
 - a) O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - b) O Conselho do Ministério; e
 - c) O Gabinete do membro do Governo.
2. O MDR compreende a Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão como serviço de apoio ao planeamento e gestão de recursos e a Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural como serviço central de estratégia, regulamentação e coordenação da execução.
3. O MDR compreende ainda os serviços de base territorial e as Delegações do Desenvolvimento Rural.
4. O MDR exerce poderes de superintendência sobre o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário.

Secção II

Órgãos e gabinete

Artigo 7.º

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Junto do Ministro, funciona o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de natureza consultiva sobre as grandes opções da política e de cooperação entre as entidades e organizações públicas e privadas que intervenham nos domínios da segurança alimentar e respectiva relação com a política nacional de desenvolvimento.

2. A missão, competências, composição e o modo de funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são definidos e aprovados por Resolução do Conselho de Ministros.

Artigo 8.º

Conselho do Ministério

1. O Conselho do Ministério é o órgão consultivo de natureza técnica e administrativa, integrado pelo Ministro, que preside, pelos dirigentes dos serviços centrais e regionais do Ministério, pelos assessores do Ministro e pelos dirigentes dos organismos autónomos da administração indirecta sob a superintendência do Ministro.

2. O Ministro pode, sempre que considerar necessário, convocar para as reuniões do Conselho do MDR, qualquer funcionário do Ministério.

3. Sempre que necessário, podem ser convidados para as reuniões do Conselho do MDR, entidades públicas ou privadas de reconhecida competência e idoneidade sobre a matéria a tratar para as reuniões do Conselho do Ministério.

4. Compete ao Conselho do Ministério:

- a) Participar na definição das orientações que enformam a actividade do MDR;
- b) Participar na elaboração do plano de actividades do MDR e apreciar o respectivo relatório de execução;
- c) Formular propostas e emitir pareceres, nomeadamente sobre questões ligadas à orgânica, recursos humanos e relações do MDR com os restantes serviços e organismos da Administração; e
- d) Pronunciar-se sobre outras matérias que o Ministro entender submeter à sua apreciação.

5. O Conselho do Ministério dispõe de regulamento interno próprio, a aprovar por Despacho do Ministro.

Artigo 9.º

Gabinete do Membro do Governo

1. Junto do Ministro do Desenvolvimento Rural funciona o respectivo Gabinete, encarregue de o assistir, directa e pessoalmente, no desempenho das suas funções.

2. Compete ao Gabinete tratar do expediente pessoal do Ministro, bem como desempenhar funções de informação, documentação e outras de carácter político ou de confiança, cabendo-lhe, designadamente:

- a) Assessorar tecnicamente o Ministro nos assuntos que este lhe distribua;
- b) Receber, expedir e registar toda a correspondência pessoal do Ministro;
- c) Assegurar a articulação do MDR com as outras estruturas governamentais e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em assuntos que não sejam de competência específica de outro serviço;
- d) Organizar as relações públicas do Ministro, designadamente os seus contactos com a comunicação social;
- e) Assegurar o expediente e arquivo pessoal do Ministro, bem como a organização da sua agenda;
- f) Assegurar o expediente relativo à publicação e distribuição dos despachos, portarias, instruções, ordens de serviço, circulares e outras decisões emanadas do Ministro;
- g) Preparar, prestar apoio logístico e secretariar as reuniões convocadas pelo Ministro, designadamente as dos órgãos consultivos previstos neste diploma;
- h) Proceder à recolha, classificação e tratamento de informações de interesse para o desempenho das actividades do Ministro;
- i) Apoiar protocolarmente o Ministro;
- j) Proceder à recolha, selecção, tratamento e difusão de informações noticiosas e outras, com interesse para os demais serviços do MDR, parceiros públicos e privados e sociedade civil no geral;
- k) Apoiar as diferentes unidades orgânicas do MDR na implementação da visão estratégica plasmada no respectivo programa sectorial do governo; e
- l) O mais que lhe for cometido por lei ou pelo Ministro.

3. O Gabinete do Ministro é integrado por pessoas da livre escolha do respectivo membro do Governo, recrutadas externamente ou requisitadas de entre o pessoal afecto aos serviços do correspondente departamento governamental, em número limitado em função das dotações orçamentadas para o efeito.

4. O Gabinete do membro do Governo é dirigido por um Director que é substituído, nas suas ausências e impedimentos, por quem for designado pelo Ministro.

Secção III

Serviços centrais

Subsecção I

Serviços de apoio ao planeamento e gestão

Artigo 10.º

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

1. A Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, adiante designada por DGPOG, é um serviço central de natureza interdisciplinar, de apoio técnico ao MDR na formulação e seguimento das políticas públicas sectoriais e de apoio técnico e administrativo na gestão orçamental, recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como na área da modernização administrativa, à qual compete:

- a) Conceber, estudar, coordenar e apoiar tecnicamente os serviços centrais e as unidades orgânicas desconcentradas, no domínio do planeamento, nomeadamente, na preparação dos planos trianuais, assegurando as ligações aos serviços centrais de planeamento no processo de elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e de controlo da sua execução;
- b) Elaborar e manter actualizado o Quadro de Despesas Sectoriais de Médio Prazo do MDR articulando-se com todos os serviços e organismos em matéria relativa à gestão orçamental e financeira;
- c) Enquadrar e coordenar os projectos de reforma das finanças públicas, com os demais serviços do MDR;
- d) Acompanhar a gestão e utilização dos recursos materiais e financeiros e proceder à consolidação dos orçamentos dos serviços e organismos do MDR;
- e) Gerir o património do MDR;
- f) Assegurar e coordenar a implementação de soluções informáticas a nível de todo o MDR, privilegiando a instalação e desenvolvimento uniformes de aplicações;
- g) Acompanhar, sob a sua coordenação, em articulação com o departamento governamental responsável pela cooperação, os trabalhos decorrentes das acções de cooperação internacional relativas aos sectores a cargo do MDR, centralizando as informações que permitam avaliar os resultados e controlar a execução dos compromissos;
- h) Implementar as orientações do Conselho do Ministério, incluindo as actividades de coordenação interna dos serviços;
- i) Centralizar e sistematizar as informações relativas à evolução de todos os projectos respeitantes ao MDR, bem como ao seguimento, controlo e avaliação dos mesmos;

- j) Produzir e gerir as informações estatísticas sectoriais em articulação com o INE e o SEN;
- k) Organizar e manter o arquivo dos documentos de realização das despesas; e
- l) O mais que lhe for cometido por lei ou por determinação superior.

2. O Director Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão constitui antena focal para a coordenação interna da execução das medidas de política para o sector da reforma do estado e modernização da administração pública.

3. Sob a coordenação do Director Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, funciona a Unidade de Gestão das Aquisições, adiante abreviadamente designado de UGA, com as competências e atribuições previstas na lei das aquisições públicas e regulamentos, entre as quais:

- a) Planear as aquisições do MDR;
- b) Conduzir os processos negociais;
- c) Agregar as necessidades de aquisições, para as categorias transversais;
- d) Coordenar a operacionalidade das UGA;
- e) Monitorizar o processo das aquisições; e
- f) Promover a normalização, implementação e disseminação das melhores práticas de compras.

4. À DGPOG integra as seguintes direcções de serviço:

- a) Serviço de estudos, planeamento e cooperação;
- b) Serviço de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimonial; e
- c) Serviço de estatísticas e de gestão de Informação.

5. Os Dirigentes da DGPOG e dos serviços neles integrados são providos nos termos da lei.

Artigo 11.º

Serviço de estudos, planeamento e cooperação

1. A Direcção de Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação (DSEPC) é o serviço de estudos e apoio técnico especializado na concepção, planeamento, elaboração e seguimento das políticas da responsabilidade do MDR, nos vários domínios, de recolha, sistematização e divulgação de informações.

2. Compete-lhe:

- a) Participar na mobilização e desenvolvimento da cooperação interna e ainda na cooperação externa em articulação com o MIREX relativa ao estabelecimento de ajudas, parcerias e alianças com organizações nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas;
- b) Elaborar os estudos e implementar metodologias que permitem, de uma forma sistemática, conhecer a situação dos departamentos a cargo do MDR e tornar perceptíveis as tendências e antecipar propostas de solução das dificuldades;
- c) Coordenar as acções de planeamento sectorial e regional, preparando e controlando a

execução dos programas de investimento e do plano de actividades e o respectivo relatório de execução do MDR e dos serviços desconcentrados;

- d) Organizar o processo relativo às despesas de investimento, acompanhar e controlar a execução do Programa de Investimento Plurianual – PIP sectorial;
- e) Elaborar o orçamento anual de investimento e os respectivos balanços trimestrais, bem como organizar e manter arquivos de realização das despesas;
- f) Articular-se, em especial, com os serviços competentes do departamento governamental responsável pela área das finanças, em matérias relativas a gestão do orçamento de investimento;
- g) Apoiar, incentivar e participar em estudos e acções de normalização, relativos a domínios específicos da actividade do MDR, conduzidos por outros serviços e organismos;
- h) Promover e apoiar a realização de congressos, colóquios e outras reuniões científicas e na edição de publicações especializadas em colaboração com os respectivos serviços técnicos;
- i) Estudar as possibilidades, modalidades e vias de promoção e desenvolvimento da cooperação bilateral e multilateral, nos domínios financeiro e técnico em estreita articulação com o departamento governamental responsável pela cooperação;
- j) Gerir e divulgar as ofertas de formações e estágios no âmbito de cooperação bilateral e multilateral em articulação com os serviços e organismos responsáveis;
- k) Contribuir para a definição de objectivos anuais ou plurianuais em matéria de cooperação e estabelecer estratégias de acção tendo em conta os países e organizações considerados prioritários e os meios necessários;
- l) Representar ou assegurar as relações do MDR com entidades estrangeiras ou organismos internacionais, em matéria de cooperação técnica bilateral, em concertação com o serviço beneficiário;
- m) Preparar a participação do MDR nas reuniões das comissões mistas previstas no quadro de convenções ou acordos de que Cabo Verde seja parte;
- n) Proceder periodicamente à avaliação e a informação sobre o estado da cooperação do MDR, favorecendo a introdução de medidas correctoras e/ou dinamizadoras dessa cooperação;
- o) O que mais lhe for cometido por lei ou por determinação superior.

3. A DSEPC é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 12.º

Serviço de gestão dos recursos humanos, financeira e patrimonial

1. A Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeira e Patrimonial (DSGRHFP) é o serviço de apoio e coordenação das políticas de desenvolvimento de recursos humanos e gestão administrativa dos recursos financeiros, materiais e patrimoniais do MDR, bem como, da concepção e do apoio técnico-normativo à formulação destas políticas e a sua monitorização e avaliação, num quadro de modernização administrativa em prol da melhoria da qualidade do serviço público.

2. Compete ao DSGRHFP no domínio dos recursos humanos:

- a) Centralizar a gestão dos recursos humanos, em coordenação com as chefias do MDR;
- b) Formular, em colaboração com os outros serviços do MDR, os programas e acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal;
- c) Assegurar a ligação com a Administração Pública nos domínios de sua competência;
- d) Assegurar o apoio técnico a todos os serviços do MDR em matéria de gestão dos recursos humanos;
- e) Promover em articulação com o Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) a abertura e realização de concursos;
- f) Participar, com outros organismos responsáveis por acções de formação técnica e profissional exteriores ao MDR, na planificação e na preparação da política nacional no domínio do planeamento de recursos humanos, de modo a garantir a sua compatibilização e articulação com o sistema Financeiro;
- g) Participar na definição e avaliação da política nacional de formação e desenvolvimento de recursos humanos;
- h) Avaliar e apresentar propostas que visem melhorar o funcionamento do MDR e sua estruturação; e
- i) Coordenar a política de programas de formação de pessoal do MDR.

3. No domínio dos recursos financeiros e patrimoniais:

- a) Conceber, estudar, coordenar e apoiar tecnicamente os domínios da gestão dos recursos financeiros, patrimoniais, logísticos e humanos;
- b) Desempenhar funções de natureza administrativa e financeira de carácter comum aos diferentes serviços do Ministério, em coordenação com os mesmos;
- c) Elaborar as propostas de orçamento de funcionamento do Ministério, em articulação com os demais serviços e organismos internos;

- d) Promover e organizar o expediente relativo à ordenação e realização das despesas de funcionamento, em coordenação com os demais serviços e organismos do Ministério;
- e) Acompanhar e controlar a execução eficiente e rigorosa do orçamento de funcionamento do Ministério;
- f) Assegurar as operações de contabilidade financeira e a realização periódica dos respectivos balanços e outros instrumentos de prestações de contas;
- g) Articular-se, em especial, com os serviços competentes do departamento governamental responsável pela área das finanças, em matérias relativas a gestão do orçamento de funcionamento;
- h) Proceder, em articulação com os serviços centrais do MDR e a Direcção-Geral do Património e Contratação Pública, ao registo e controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis afectos ao Ministério, segundo as normas gerais aplicáveis;
- i) Estabelecer e propor medidas de modernização e reforma administrativa de âmbito sectorial e intersectorial com vista a uma melhoria dos serviços e acompanhar a sua execução;
- j) Velar pela manutenção e segurança das instalações e equipamentos afectos ao MDR; e
- k) Apoiar juridicamente nas áreas de consultadoria jurídica, contencioso administrativo, verificação de regularidade, formal e material, dos processos de contratação pública, designadamente de locação e aquisição de bens móveis e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como intervenção em processos de averiguações, de inquéritos, de sindicância e disciplinares.

4. A DSGRHFP é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 13.º

Serviço de estatísticas e gestão de informação

1. A Direcção de Serviço de Estatísticas e Gestão de Informação (DSEGI) é o serviço de apoio técnico e especializado em matéria de estatísticas sectoriais e de informação, em articulação com o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Estatístico Nacional, à qual compete:

- a) Coordenar em articulação com o Instituto Nacional de Estatísticas e de acordo com as leis do Sistema Estatístico nacional a realização de recenseamentos, inquéritos e amostras relativos ao acompanhamento da evolução da situação e das produções dos sectores a cargo do MDR;
- b) Produzir, recolher, centralizar e coordenar o tratamento, divulgar e publicar as estatísticas do respectivo sector e de acordo com o SEN;

- c) Criar e explorar sistemas estruturados de informação estatística relevantes para o apoio aos estudos de planeamento sectoriais;
- d) Promover a colecta e/ou divulgação dos indicadores estatísticos sectoriais, em articulação com outros organismos competentes;
- e) Proceder a análise e interpretação dos dados estatísticos sectorialmente relevantes;
- f) Organizar e realizar o censo agrícola;
- g) Organizar um sistema eficaz de informações sectoriais no seio do MDR e para a sociedade, em ligação estreita com os demais serviços e organismos vocacionados; e
- h) O mais que lhe for cometido por lei ou pelo Director-Geral.

2. A DSEGI é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Subsecção II

Serviços de Concepção de Estratégia, Regulamentação e Coordenação de Execução

Artigo 14.º

Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

1. A Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) é um serviço central do MDR com funções de concepção, regulamentação, execução, coordenação e apoio directo ao Ministro, nos domínios da agricultura e protecção das culturas, silvicultura, pecuária e higiene-sanidade animal, engenharia rural e hidroagrícola, gestão de terras agrárias, bem como a extensão rural e qualificações dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais.

2. No âmbito das suas atribuições, a DGADR é o serviço investido das funções de autoridade fitossanitária nacional assim como autoridade sanitária veterinária nacional, à qual compete, designadamente:

- a) Contribuir para a formulação da política, estratégia, objectivos e prioridades, nos domínios da sua actuação, bem como participar na elaboração dos respectivos planos, programas e projectos;
- b) Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- c) Promover a modernização e viabilização das explorações agrícolas, das empresas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares;
- d) Promover a valorização dos produtos agro-pecuários e silvícolas, através da conservação, transformação, comercialização dos produtos agrícolas e controlo de qualidade;

- e) Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- f) Promover a mobilização e distribuição da água para rega e a defesa e correcção torrencial de áreas agrícolas, elaborando, executando e acompanhando estudos e projectos de estruturas hidráulicas primárias de aproveitamentos hidroagrícolas, de barragens e de outras obras associadas;
- g) Representar o MDR em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaboração dos planos visando a sua gestão;
- h) Promover uma gestão adequada de terras agrícolas, em articulação com outros organismos competentes;
- i) Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais e animais;
- j) Promover a protecção integrada das culturas; assegurando o cumprimento das obrigações nacionais e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas;
- k) Participar na definição e aplicação das políticas de sanidade, de melhoramento, de protecção, de alimentação animal e de saúde pública veterinária;
- l) Desenvolver as funções de autoridade veterinária nacional, assegurar o diagnóstico, controlo e a certificação sanitária de animais e produtos de origem animal a nível interno e destinados a trocas com países terceiros, em articulação com outros organismos;
- m) Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados, através do conhecimento da sua evolução e fruição, garantindo a sua protecção, conservação e gestão e promovendo os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais;
- n) O que mais lhe for cometido por lei ou pelo Ministro responsável pelo sector.

3. À DGADR integra as seguintes direcções de serviços:

- a) Serviço de Agricultura;
- b) Serviço de Pecuária;
- c) Serviço de Engenharia rural e Silvicultura, e
- d) Serviço de Extensão Rural e Agro-negócios.

4. A DGADR é dirigida por um Director-Geral, provido nos termos da lei.

Artigo 15.º

Serviço de Agricultura

1. A Direcção de Serviço de Agricultura (DSA) é o serviço com funções de contribuir para a execução e avaliação das políticas sectoriais, propondo as medidas e instrumentos nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da capacitação dos agentes rurais, da valorização da produção agrícola e diversificação económica das zonas rurais.

2. À DSA compete, especialmente:

- a) Concorrer para a definição da política do sector agrícola nacional e coordenar a sua execução;
- b) Elaborar, coordenar e efectuar o seguimento, dos instrumentos de planificação sectorial, nomeadamente planos, programas e projectos;
- c) Velar pelo cumprimento da legislação e regulamentos referentes à actividade agrícola;
- d) Promover a gestão sustentável dos recursos hidroagrícolas e o desenvolvimento das culturas de regadio;
- e) Promover o sistema de produção de sequeiro adaptado às diferentes zonas agro-ecológicas do país;
- f) Participar, com outras estruturas orgânicas do MDR, na valorização da produção agrícola e na valorização e diversificação económica das zonas rurais, promovendo boas práticas agrícolas e conservação, transformação e comercialização de produtos agrícolas de qualidade;
- g) Propor medidas legislativas e administrativas, relativas ao controlo da entrada e comercialização de espécimes vegetais no país;
- h) Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais, zelando pelo melhoramento de espécies vegetais, bem como pelo controlo e seguimento das normas e procedimentos relativos aos materiais de multiplicação vegetal;
- i) Estabelecer regimes de quarentena para plantas, partes de plantas, sementes de origens suspeitas ou espécimes exóticas;
- j) Planear, coordenar e avaliar as campanhas fitossanitárias e de âmbito nacional e assegurar o cumprimento de obrigações internacionais em matéria fitossanitária;
- k) Comparticipar, em articulação com outros serviços competentes, em acções que visem o controlo da entrada e propagação no país de espécies e produtos de origem vegetal que possam ameaçar a agricultura nacional;

l) Regulamentar a produção, importação, comercialização e aplicação de factores de produção agrícola;

m) Fiscalizar a entrada e a propagação no país de espécimes e produtos de origem vegetal que possam ameaçar a agricultura nacional;

n) Comparticipar na fiscalização dos estabelecimentos que importam e comercializam os pesticidas;

o) Exercer as funções de autoridade fitossanitária nacional; e

p) Exercer outras funções que lhe sejam determinadas superiormente.

3. A DSA é dirigida por Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 16.º

Serviço de Pecuária

1. A Direcção de Serviço de Pecuária (DSP) é o serviço com funções de promover o melhoramento e a protecção dos recursos animais, de alimentação animal e de saúde pública veterinária, assegurando o diagnóstico, controlo e a certificação sanitária de animais e produtos de origem animal bem como a valorização dos mesmos.

2. À DSP compete, especialmente:

a) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos sobre a matéria pecuária, nomeadamente no que ela implica com a conservação do ambiente, a utilização dos recursos naturais, da biodiversidade, de pastagens e florestas e fauna silvestre;

b) Propor regulamentos relativos à defesa sanitária animal e bem-estar animal;

c) Comparticipar na fiscalização dos veículos de transporte, estabelecimentos de produção e abate de animais no sentido de defender a saúde pública e bem-estar animal;

d) Garantir o controlo zoosanitário das fronteiras do país a fim de impedir a entrada de doenças exóticas;

e) Exercer em colaboração com outras Instituições com atribuições sobre a matéria, a vigilância higieno-sanitária dos estabelecimentos de produção, fabrico, distribuição e venda de alimentos e produtos de origem animal, medicamentos e produtos biológicos;

f) Assegurar o cumprimento de obrigações internacionais em matéria de sanidade animal, higiene pública e recursos zoogenéticos;

g) Propor regulamentos e fiscalizar a entrada, a produção e utilização dos alimentos, complementos, aditivos, medicamentos e produtos biológicos para animais;

- h) Regular e fiscalizar em articulação com outros serviços competentes a entrada e saída no e de país de espécimes e produtos e produtos de origem animal;
- i) Preparar, acompanhar e participar na execução de programas de divulgação de técnicas e tecnologias que interessam à pecuária, com o objectivo de desenvolver a pecuária e alcançar aumentos de produção e produtividade;
- j) Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos animais, regulamentando e promovendo a selecção e melhoramento genético das espécies de interesse zootécnicas;
- k) Promover o fornecimento de material genético, nomeadamente reprodutores, ovos férteis, sêmen e embrião, com vista ao melhoramento da produtividade do efectivo pecuário nacional;
- l) Promover o aproveitamento racional dos recursos forrageiros através do melhoramento de esquemas de pastoreio conduzido, da produção, recolha e conservação de pasto;
- m) Promover a pesquisa de adaptação de outras técnicas de alimentação e manejo do gado;
- n) Prestar e promover a prestação de assistência técnica aos criadores pecuários e operadores do sector pecuário;
- o) Exercer as funções de autoridade sanitária veterinária nacional;
- p) Exercer outras funções que lhe sejam determinadas superiormente.

3. A DSP é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 17.º

Serviço de engenharia rural e silvicultura

1. A Direcção de Serviço de Engenharia Rural e Silvicultura (DSERS) é o serviço com funções de:

- a) Planificar, promover, implementar e acompanhar a infra-estruturação rural, em termos de estruturas hidráulicas primárias e aproveitamentos hidroagrícolas, e a defesa e correcção torrencial de áreas agrícolas, bem como a sua conservação e manutenção;
- b) Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados, garantindo a sua protecção, conservação e gestão e promovendo os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais;
- c) Promover uma gestão adequada das terras agrícolas, assegurando as acções decorrentes das medidas definidas no âmbito da estruturação fundiária.

2. À DSERS compete, especialmente:

- a) No domínio da infra-estruturação rural e aproveitamento hidroagrícolas:
 - i. Conceber, elaborar e apreciar projectos de engenharia rural, nos domínios das construções rurais, correcção torrencial, hidráulica agrícola e de rega e, conservação de solos e água;
 - ii. Realizar ou promover estudos sectoriais nos domínios explicitados na alínea anterior e participar em actividades de investigação aplicada, em articulação com instituições de pesquisa;
 - iii. Estabelecer normas técnicas de execução de obras de engenharia rural, bem como a sua manutenção e conservação;
 - iv. Contribuir, em colaboração com outras instituições competentes e serviços do MDR, para a elaboração e implementação dos planos e projectos de infra-estruturas hidráulicas e hidro – agrícolas, que contribuam para o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas do país;
 - v. Elaborar o plano e gestão integrada de recursos hídricos na bacia hidrográfica;
 - vi. Elaborar planos de gestão e normas de controlo da segurança das barragens
 - vii. Promover e assegurar o cumprimento das normas e medidas de controlo de segurança das barragens integradas nos aproveitamentos hidroagrícolas;
 - viii. Elaborar inventários dos diferentes tipos de infra-estruturas rurais existentes e velar pelo seu estado de conservação;
- b) No domínio da silvicultura:
 - i. Concorrer para a definição da política florestal nacional e coordenar a sua execução;
 - ii. Elaborar, actualizar e coordenar a execução, dos instrumentos de planificação do sector florestal, nomeadamente o plano de acção florestal, o programa florestal e os planos de gestão;
 - iii. Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos florestais, bem como acordos e normas internacionais relacionadas com o sector florestal;
 - iv. Planear as actividades de protecção das árvores e das florestas do país no sentido de lhes garantir a integridade e o seu uso correcto, bem como dos solos;
 - v. Articular-se com instituições públicas e privadas vocacionadas para a defesa do ambiente com o objectivo da preservação ou expansão das florestas do país;

- vi. Prevenir as infracções às leis e regulamentos que regulam a actividade florestal;
- vii. Comparticipar em acções que visem o controlo da entrada no país de produtos florestais, nomeadamente madeira, plantas e sementes florestais;
- viii. Promover o uso sustentável dos recursos florestais lenhosos e não lenhosos, incluindo os recursos paisagísticos.

c) Em matéria de gestão de terras agrárias:

- i. Promover estudos conducentes a materialização da política traçada para o uso e aproveitamento de terras para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e florestal;
- ii. Intervir na emissão de títulos de concessão de terras para fins agro-silvo-pastoris nos termos da lei;
- iii. Emitir pareceres sobre os empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nacional;
- iv. Assegurar as acções decorrentes das medidas definidas no âmbito da estruturação fundiária e outras modalidades de exploração;
- v. Orientar e executar os trabalhos da topografia e cartografia agrícola e proceder a execução de registos e cadastros agrícolas;
- vi. Assegurar a gestão dos interesses do Estado, relativamente as propriedades “fazendas” expropriadas e nacionalizadas;
- vii. Orientar e coordenar a execução da política para a concessão de tractos fundiários para fins agrários;
- viii. Exercer outras funções que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Director-Geral.

3. A DSERS é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 18.º

Serviço de extensão rural e agro-negócio

1. A Direcção Serviço de Extensão Rural e Agro-Negócio (DSERA), tem por funções promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação dos agentes de desenvolvimento rural, da valorização dos produtos agro-pecuários, da dinamização e diversificação económica no espaço rural.

2. Na vertente Extensão Rural compete, especialmente:

- a) Contribuir para a formulação da política agrícola, no que se refere à extensão rural e assistência técnica;
- b) Formular, coordenar e implementar as políticas de extensão rural e assistência técnica, bem como participar na capacitação e profissionalização de agricultores familiares e de empresários agrícolas;

c) Supervisionar a execução e promover a avaliação de programas e acções no que diz respeito à extensão rural e assistência técnica;

d) Apoiar, dinamizar e promover a reestruturação das organizações de agricultores e das associações comunitárias;

e) Fomentar a inovação tecnológica na agricultura familiar com a implementação de campo-escola e outros instrumentos de abordagem no domínio da extensão rural e assistência técnica;

f) Implementar acções, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projectos de fomento específicos no que diz respeito à extensão rural e assistência técnica;

g) Promover a integração entre os processos de criação e transferência de conhecimento e tecnologias adequadas à preservação e recuperação dos recursos naturais;

h) Promover a compatibilidade de programas de pesquisa agropecuária e de extensão rural e assistência técnica e tornar efectiva a sua divulgação e apropriação no meio rural;

i) Incentivar a formação de redes de serviços de extensão rural e assistência técnica a nível nacional, objectivando a qualificação da oferta de serviços;

j) Apoiar na promoção, organização e a realização de colóquios, seminários, fóruns, painéis informativos e jornadas técnicas sobre temas do universo agrícola, agro-industrial e do mundo rural;

k) Participar na elaboração de um programa anual de acções de comunicação institucional no domínio da agricultura, silvicultura, pecuária, hidráulica agrícola e da transformação agro-alimentar no meio rural;

l) Participar na organização e realização de eventos sobre os sectores e produtos agro-pecuários, como sejam feiras, certames, exposições e outras manifestações promocionais de âmbito regional, nacional e internacional;

m) Propor e apoiar na elaboração, realização e difusão de suportes comunicacionais, como audiovisuais, anúncios, brochuras, catálogos e cartazes sobre os sectores e produtos agro-pecuários; e

n) Participar na divulgação junto aos produtores rurais das políticas governamentais para o sector agrícola, inclusive quanto ao crédito e à comercialização de produtos agro-pecuários.

3. Na vertente da promoção e desenvolvimento do Agro-negócio compete, especialmente:

- a) Propor e participar na implementação de medidas de política relativas à melhoria da eficácia e eficiência dos sectores da comercialização e da transformação dos produtos agrícolas e pecuários;

- b) Promover, dinamizar e coordenar acções que visem a melhoria das condições de comercialização e transformação dos produtos agro-pecuários nacionais;
- c) Propor, adoptar e executar as medidas necessárias à organização, protecção, promoção e valorização dos produtos agro-pecuários nacionais de qualidade e dos modos particulares de produção;
- d) Apoiar a implantação ou reestruturação das estruturas de transformação e comercialização;
- e) Apoiar a implantação, em articulação com outras entidades competentes de um sistema de protecção e de qualificação e medidas e acções que tenham em vista a certificação da sua qualidade, genuinidade e conformidade dos produtos agro-pecuários nacionais;
- f) Emitir pareceres em coordenação com outros serviços do MDR, sobre o mérito dos projectos de investimento privado no sector agro-pecuário, exigidos pelas entidades competentes, para efeitos de financiamento;
- g) Apoiar a estruturação dos projectos das fileiras estratégicas, em colaboração com as outras unidades orgânicas;
- h) Apoiar, em colaboração com as outras entidades competentes, o desenvolvimento de novos produtos agro-rurais;
- i) Apoiar a promoção e a dinamização de programas e de serviços de apoio aos produtores e agentes económicos que actuam no sector;
- j) Promover, em colaboração com outras entidades competentes, a criação de empresas agrícolas e ou empresas cooperativas agrícolas;
- k) Promover acções que visem oportunidades de agro-negócios, atracção e seguimento de investimento no sector agro-pecuário;
- l) Apoiar a divulgação e implantação no sector agro-alimentar dos novos instrumentos financeiros;
- m) Assegurar a articulação com as instituições de crédito ligado ao sector agrícola;
- n) Analisar em colaboração/concertação com as instituições de microcréditos a evolução de crédito no sector agro-pecuário;
- o) Promover a formação de agentes de crédito/extensionista sobre as técnicas agro-pecuárias/microcrédito; e
- p) Exercer outras funções que sejam determinadas superiormente.

4. A DSERA é dirigida por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Secção IV

Serviços de base territorial

Artigo 19.º

Serviços de base territorial

1. Os Serviços de base territorial do MDR são os serviços, cujos órgãos e as unidades que as compõem, dispõem de competência limitada a uma área territorial restrita e funcionam sob a direcção dos correspondentes órgãos centrais, com missão de assegurar a orientação, a coordenação e o acompanhamento no terreno das actividades agrícolas, de protecção e desenvolvimento ambiental e as actividades piscatórias das comunidades locais, cabendo-lhes ainda assegurar a articulação com as autarquias locais e organizações representativas do mundo rural, no exercício das suas atribuições.

2. São, essencialmente, Serviços de base territorial do MDR, as Delegações do MDR.

3. As delegações do MDR respondem também, a nível local, pelas áreas do Ambiente e das Pescas;

4. As delegações dependem hierarquicamente do Ministro do Desenvolvimento Rural e funcionalmente dos serviços centrais do MDR, dos Ministérios do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e das Infra-estruturas e Economia Marítima, no âmbito das respectivas competências.

5. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as normas de organização, competências e funcionamento dos serviços locais de base territorial são definidas por diploma próprio.

Artigo 20.º

Delegações

1. Criadas as Delegações, o quadro do pessoal é aprovado por Portaria dos membros do Governo responsáveis pelo Desenvolvimento Rural, Finanças e Administração Pública, cujo nível de equiparação depende da missão e dos objectivos preconizados, como dos meios materiais e humanos disponíveis.

2. As delegações podem ter missões que abrangem uma ou mais ilhas um ou mais concelhos e ter as atribuições próprias dos serviços centrais, desde que devidamente articuladas.

3. Cada Delegação do MDR é chefiada por um Delegado, com a categoria de Director de Serviço.

4. As Delegações podem funcionar como serviços desconcentrados dos Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos sob direcção superior ou superintendência do Ministro do Desenvolvimento Rural, se assim for determinado por despacho deste.

CAPÍTULO III

Institutos públicos e serviços autónomos

Artigo 21.º

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

1. O MDR exerce poderes de superintendência sobre o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento

Agrário (INIDA) cuja missão consiste na investigação, experimentação e desenvolvimento no campo das ciências e tecnologias agrárias e dos recursos naturais; divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis no âmbito dos sectores agrícola, silvícola, pecuária e ambiental.

2. O Presidente do INIDA é nomeado por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural, e provido mediante comissão de serviço ou contrato de gestão, conforme couber.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 22.º

Reestruturação de serviço

A Direcção de Serviço de Segurança Alimentar é transformada no Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Artigo 23.º

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional

1. O Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) é o órgão de natureza executiva que funciona na dependência directa do Membro do Governo que tutela o sector da segurança alimentar e nutricional, e em estreita articulação com os membros que fazem parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incumbido de estudo e apoio técnico especializado na concepção, planeamento, elaboração, implementação e seguimento das políticas, no domínio da segurança alimentar e nutricional, designadamente na definição das estratégias, regulamentação e desenvolvimento da cooperação para o estabelecimento de ajudas, parcerias e alianças com organizações nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas.

2. Para efeitos do n.º anterior, ao SNSAN compete:

- a) Coordenar a implementação das orientações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo as actividades de coordenação política;
- b) Propor as directrizes gerais para a definição da política nacional de segurança alimentar e nutricional e coordenar a implementação de decisões relacionadas com as situações de urgência nesta matéria;
- c) Planificar, coordenar e participar nos comités de pilotagem dos programas nacionais e planos de acção relacionadas com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar;
- d) Facilitar, estimular e reforçar a participação dos actores públicos e privados na gestão da segurança alimentar e nutricional visando a definição de propostas de directrizes e prioridades e a concepção dos programas e projectos em estreita articulação com os membros que fazem parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- e) Propor directrizes para a formulação de programas e acções dos municípios e da sociedade civil ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- f) Gerir o dispositivo nacional de seguimento e avaliação da vulnerabilidade alimentar e coordenar o Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional;
- g) Colaborar com outras instâncias, especialmente com as agências de regulação do sector na planificação do aprovisionamento do país em bens alimentares de base;
- h) Coordenar, articular e supervisionar programas e projectos de mobilização e educação para o reforço da cidadania para a segurança alimentar e promover o Direito à Alimentação;
- i) Editar e divulgar publicações, textos e informação no domínio da segurança alimentar e nutrição;
- j) Preparar relatórios de situação, subsídios e propostas de coordenação de políticas, programas e acções relevantes nas áreas da segurança alimentar e nutrição;
- k) Realizar e promover estudos e análises estratégicas sobre a segurança alimentar e nutricional para subsidiar a implementação da política, estratégia e programa nacional de segurança alimentar e nutricional;
- l) Planificar, coordenar e supervisionar a implementação da Estratégia e Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- m) Secretariar o CNSAN; e
- n) O que mais lhe for cometido por lei ou pelo Ministro.

3. A organização e o funcionamento do SNSAN são estabelecidos em diploma próprio.

4. O SNSAN é dirigido por um secretário executivo, equiparado, para todos os efeitos, a director de serviço.

Artigo 24.º

Referências legais

As referências legais feitas à Direcção de Serviço objecto de reestruturação referido no artigo 22.º, consideram-se feitas ao serviço que passa a integrar as respectivas atribuições, sendo os encargos financeiros resultantes suportados por reafecção de verbas do Orçamento do Estado.

Artigo 25.º

Quadro de pessoal

O quadro do pessoal do MDR e o da respectiva gestão previsional devem ser aprovados no período de 6 (seis) meses, após a publicação do presente diploma.

Artigo 26.º

Produção de efeitos

1. Os órgãos, gabinete, serviços centrais e o serviço objecto de reestruturação do MDR consideram-se instalados como centro de custos e responsabilidade com a entrada em vigor do presente diploma ou dos respectivos diplomas orgânicos.

2. As Direcções de Serviço previstas no presente diploma serão instaladas na sequência da adequação do quadro de gestão previsional do pessoal aos índices de tecnicidade minimamente exigidos, de acordo com a seguinte tabela:

- a) Até 10 funcionários – 75%;
- b) De 11 a 15 funcionários – 60%;
- c) De 16 a 25 funcionários – 55%;
- d) De 26 a 40 funcionários – 45% e;
- e) Mais de 40 funcionários – 35%.

3. As comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção vigentes podem manter-se até a aprovação do quadro de gestão previsional.

Artigo 27.º

Revogação

É revogado o Decreto-lei n.º 56/2005, de 22 de Agosto.

Artigo 28.º

Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2102.

José Maria Pereira Neves - Eva Verona Teixeira Andrade Ortet

Promulgado em 20 de Fevereiro de 2103.

Publique-se

O Presidente da Republica, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto-Lei nº 37/2013

de 24 de Setembro

O Programa do Governo da VIII Legislatura, 2011.2016, consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país no sentido da promoção da cidadania e qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, simplificação, racionalização e informatização que conduzam concomitante à redução do gasto público supérfluo e a optimização dos recursos humanos existentes.

Com esse objectivo, em especial no domínio da racionalização das estruturas da Administração Pública, o Governo aprovou a nova lei das estruturas e o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, resultado do enquadramento estratégico e redefinição organizacional da macro-estrutura de todos os departamentos. O redesenho e a macro-reengenharia organizacional do Estado foram concretizados, por um lado, pela reavaliação da natureza, relevância e oportunidade das suas missões e competências públicas e, por outro, pela necessidade de reforço dos recursos orçamentais e financeiros e capacitação do pessoal afecto aos serviços públicos.

Com a aprovação da orgânica do Governo para a presente Legislatura, fixa-se a estrutura do Ministério

das Finanças e do Planeamento, a qual é materializada neste ndiploma orgânico, que constitui um instrumento indispensável à concretização, com eficiência e eficácia, do estabelecido no Programa do Governo para o sector da gestão dos sistemas financeiro e orçamental do país.

Neste contexto, optou-se por uma estrutura desburocratizada e desconcentrada, traduzida na disposição da administração directa e indirecta do Ministério das Finanças e do Planeamento de um núcleo mínimo de serviços que lhe assegurem o apoio técnico e administrativo e por dar aos restantes organismos o carácter de pessoas colectivas de direito público, cuja autonomia consta ou será definida caso a caso nos respectivos diplomas orgânicos.

Excepção feita à Direcção Nacional de Receitas do Estado, a qual, devido à sua natureza arrecadatória, sua estrutura vasta e, principalmente, pelo papel de suma importância que exerce na consolidação orçamental e na geração de receitas públicas, afigura-se ampliada, dotada de serviços que traduzem a modernização da Administração Tributária cabo-verdiana, concernentes essencialmente ao acompanhamento especializado aos grandes contribuintes, à assistência aos contribuintes e à cidadania fiscal.

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto e missão

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério das Finanças e do Planeamento (MFP).

Artigo 2.º

Direcção

O Ministério das Finanças e do Planeamento (MFP) é dirigido superiormente pelo Ministro das Finanças e do Planeamento.

Artigo 3.º

Missão

O MFP é o departamento governamental encarregue de:

- a) Propor, coordenar e executar as políticas do Governo nos domínios monetário, cambial, creditício, orçamental e fiscal,
- b) Orientar a administração financeira do Estado a nível orçamental, fiscal, patrimonial, da contabilidade pública, do tesouro público, e da inspecção financeira.
- c) Coordenar o Sistema Nacional de Planeamento com vista à elaboração da estratégia de desenvolvimento económico.